



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

26 de agosto de 2022

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 26.08.2022

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES E DA CRISE FABRICADA

- Agravamento da crise econômica e social em meio a recordes de lucros dos bancos e do agrobusiness enquanto o Brasil volta ao Mapa da Fome, Desemprego e retrocessos sociais e ambientais.
- Explosão da dívida pública e dos gastos orçamentários com juros: a cada 1% de elevação da Selic os gastos com a dívida crescem R\$34,9 bilhões <https://bit.ly/3QAePY3>.
- Centralidade do Sistema da Dívida, que está por trás do “teto de gastos”, sucessivas contrarreformas, privatizações insanas e cortes de investimentos.
- Carta aberta e questionário enviado a todos os partidos políticos, para que enviem a seus respectivos candidatos <https://bit.ly/3A9qO7U>. O seu candidato(a) já respondeu?

2 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

- **Avanços:** Proposta legislativa que apresentamos foi aprovada e transformada em projeto de lei complementar PLP 104/2022 e se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados <https://m.youtube.com/watch?v=Qx9yBweCS4%3F>
- **Mobilização:** Com 1 clique envie carta aos membros da CFT pela aprovação: <https://auditoriacidada.org.br/pressione-a-cft-pelo-limite-dos-juros/>
- Vote na enquete oficial da Câmara e declare seu apoio: <https://bit.ly/3T1wauE>
- **Folheto** resumido disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-limite-dos-juros-ja/>
- **Site:** <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>
- Verifique se sua entidade já está apoiando <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/apoio/>
- **Deliberação** sobre a participação das diversas entidades ligadas aos setores afetados pela excessiva alta dos juros (saúde, educação, segurança, meio-ambiente, servidores públicos em geral, micro e pequenas empresas, indústrias etc.), entre outras.
- Apoio financeiro para viabilizar a contratação de profissionais de comunicação.
- Debate sobre novas sugestões e encaminhamentos para avançar a mobilização.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 26.08.2022

3 - SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS e DÍVIDA DOS ESTADOS

- Notas Técnicas preparadas pela ACD em apoio às lutas nos Estados de MG <https://bit.ly/3ptz65Q> e RJ <https://bit.ly/3QTokBv>
- Importante mobilização do Núcleo RS: A conta está paga <https://auditoriacidada.org.br/nucleo/lancamento-da-campanha-esta-conta-esta-paga/>

4. CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Nova turma: Inscrições abertas de 16/08/2022 a 16/09/2022 e início das aulas em 19/09/2022. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos>

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doaca>

6- APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES E DA CRISE FABRICADA

3 – SECURITIZAÇÃO E DÍVIDA DOS ESTADOS



ANEXO À CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2022

Questionário a ser respondido por todos(as) os(as) pré-candidatos(as) e/ou candidatos(as) aos diversos cargos eletivos que serão disputados nas eleições-2022

**DADOS DO(A)
PRÉ-CANDIDATO(A) e/ou**

Nome:

Partido Político:

Cargo disputado:

Município:

Estado:



CARTA ABERTA DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

**ELEIÇÕES
2022**

Prezados(as) presidentes(as) de Partidos Políticos,

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, que conta com o apoio e colaboração de importantes entidades da sociedade civil e cidadãos(ãs) voluntários(as) que atuam pelo cumprimento da Constituição Federal, no que diz respeito à realização da auditoria da dívida (art. 26 do ADCT da CF de 1988), tendo em vista que a dívida pública tem sido um dos principais empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nas eleições deste ano, a população irá se manifestar para eleger representantes para ocupar a Presidência da República, o Governo dos Estados e Distrito Federal, além do Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais.

Durante a campanha, candidatos fazem diversas propostas, porém, poucos abordam a questão do orçamento público, o problema do endividamento público, e de onde obteriam os recursos para cumprir as promessas que fazem.

Nesse sentido, pedimos a V. Sa. que encaminhe a esta carta a todos os pré-candidatos e/ou candidatos definidos por seu partido, pleiteantes aos diversos cargos que serão disputados nas Eleições 2022, para que possam se posicionar em relação às questões indicadas no Anexo à pre-

Contexto das ELEIÇÕES e da Crise Fabricada

POR QUE EMPURRAR O PAÍS PARA UMA RECESSÃO AINDA MAIS GRAVE DO QUE A QUE JÁ TEMOS VIVIDO DESDE 2015?



QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DESSE MOVIMENTO DO BC DE ELEVAR JUROS?

LIVE Banco Central erra de novo? O que está por trás dessa decisão desastrosa?

15 agosto 19h

ASSISTA AO VIVO EM:

facebook.com/auditoriacidada.pagina

youtube.com/auditoriacidadadividida

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/video/live-banco-central-erra-de-novo-o-que-esta-por-tras-dessa-decisao-desastrosa/>

Candidatos(as) precisam se manifestar sobre os principais eixos que sustentam o modelo econômico

Série de artigos:

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/colunistas/2022/06/brasil-eleicoes-e-modelo-economico/>

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/colunistas/2022/06/eleicoes-e-modelo-tributario-injusto-e-regressivo/>

<https://www.extraclasse.org.br/ultimas-noticias/2022/07/eleicoes-e-politica-monetaria-suicida/>

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2022/08/eleicoes-2022-e-o-sistema-da-divida/>



06 DE JUNHO, 2022

Extra Classe: "Brasil: eleições e modelo econômico", por Maria Lucia Fattorelli

BRASIL DESCENDO A LADEIRA NO RANKING INTERNACIONAL

- PERDA DE PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO E LUCRATIVO
- POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA: Juros altos e remuneração diária aos bancos
- PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA
- PRIMARIZAÇÃO, AUMENTO DO DANO AMBIENTAL
- DESEMPREGO, FOME, BARBÁRIE
- DESMONTE DA ESTRUTURA DO ESTADO, ARROCHO
- LUCROS RECORDES DOS BANCOS E CORPORACÕES

Ranking das maiores economias do mundo

Lista com base no PIB, em valores correntes, em dólares



Posição 2020	País	Posição 2021	País
1	EUA	1	EUA
2	China	2	China
3	Japão	3	Japão
4	Alemanha	4	Alemanha
5	Índia	5	Reino Unido
6	França	6	Índia
7	Reino Unido	7	França
8	Itália	8	Itália
9	Canadá	9	Canadá
10	Coreia	10	Coreia
11	Rússia	11	Rússia
12	Brasil	12	Austrália
13	Espanha	13	Brasil
14	Austrália	14	Espanha
15	México	15	México

Fonte: Austin Rating

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0> e <https://bit.ly/3P9rL68>
 - ✓ Sistema da Dívida
 - ✓ Política Monetária suicida
 - ✓ Modelo Tributário regressivo
 - ✓ Modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente: mineração e agronegócio

Por que a economia brasileira está estagnada, apesar de nossas imensas potencialidades?

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB Padre “Thierry Linard”¹
22 de junho de 2022

Por conseguinte, ninguém pode ser excluído; não importa onde ele tenha nascido, e menos ainda contam os privilégios que outros possam ter porque nasceram em lugares com maiores possibilidades. Os confins e as fronteiras dos Estados não podem impedir que isso se cumpra. Assim como é inaceitável que uma pessoa tenha menos direitos pelo simples fato de ser mulher, de igual modo é inaceitável que o local de nascimento ou de residência determine, de per si, menores oportunidades de vida digna e de desenvolvimento.

O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar os “direitos humanos, pessoais e sociais,

https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CONSELHO-PERMANENTE_Por-que-a-economia-brasileira-esta-estagnada-apesar-de-nossas-imensas-potencialidades.pdf

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Principal característica:
"dívida pública" sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro



Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

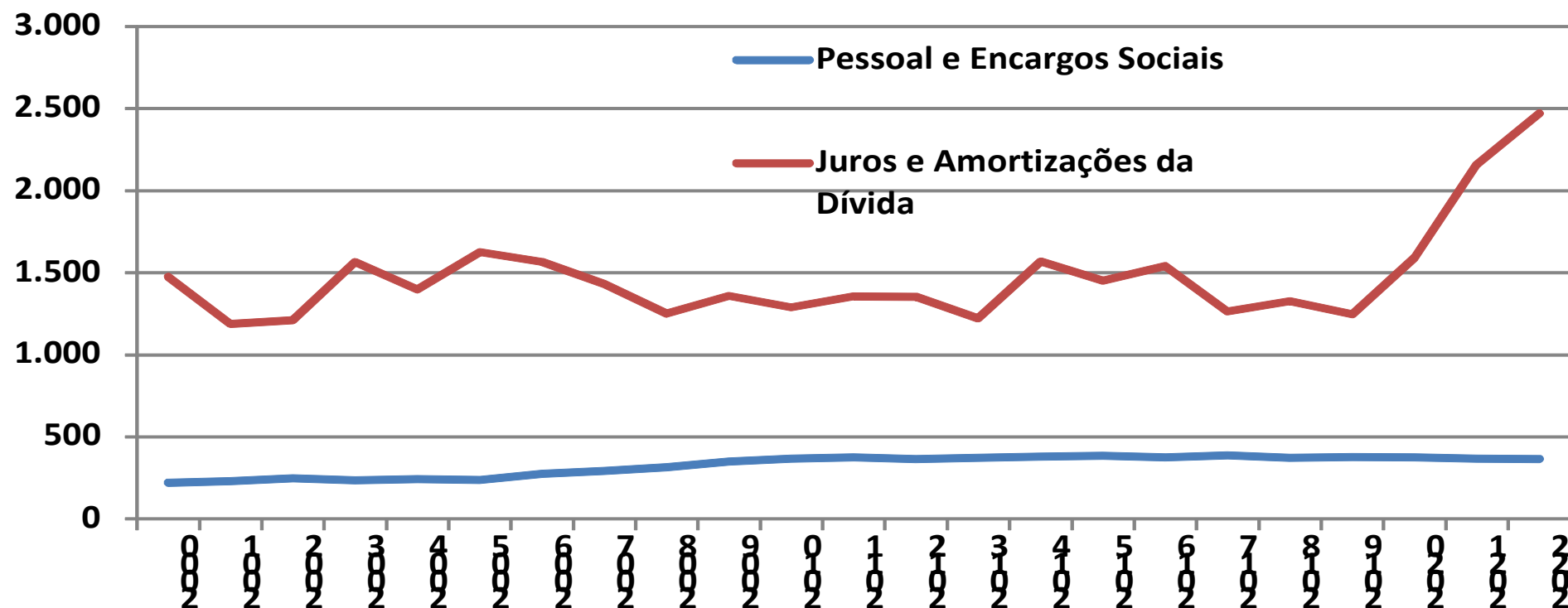
A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA É INCONTESTÁVEL.

Além de consumir cerca da metade do orçamento...

- **CONTRARREFORMAS** - A dívida pública tem sido a justificativa para todas as contrarreformas (em especial as sucessivas reformas da Previdência que retiram ou adiam direitos, e a chamada reforma Administrativa que desmonta a estrutura do Estado em todos os níveis);
- **PRIVATIZAÇÕES** - A dívida pública está sendo usada como justificativa para privatização de patrimônio público estratégico e lucrativo desde o governo Collor, passando por todos os demais governos
- **TETO E CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS PÚBLICOS** — A Emenda Constitucional nº 95 estabeleceu teto somente para os gastos sociais e com a estrutura do Estado, deixando os gastos financeiros com a dívida fora do teto, sem limite algum, usufruindo da “economia” gerada pelo teto para os demais gastos, que possibilitou aumento dos gastos com a dívida. Todos os anos temos contingenciamentos de gastos em todas as áreas para privilegiar os obscuros gastos com a chamada dívida pública.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

Comparativo de despesas federais com Pessoal e Dívida Pública pagas (*) no período de 2000 a 2022 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA para 2022



Fonte: Elaboração da Auditoria Cidadã da Dívida com dados do SIOP - disponíveis em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Nota: Os gastos com pessoal se referem ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) nº 1, e os gastos com juros e amortizações da dívida se referem à soma dos GND nº 2 e 6. (*) Os valores de 2022 se referem à dotação atual.

LUCRO DOS BANCOS DISPARA

Enquanto trabalhadores sofrem com a perda de renda, durante a pandemia o lucro dos bancos continuou aumentando.

Em 2021, os **bancos lucraram R\$ 132 bilhões!**

O retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi de cerca de 15% !

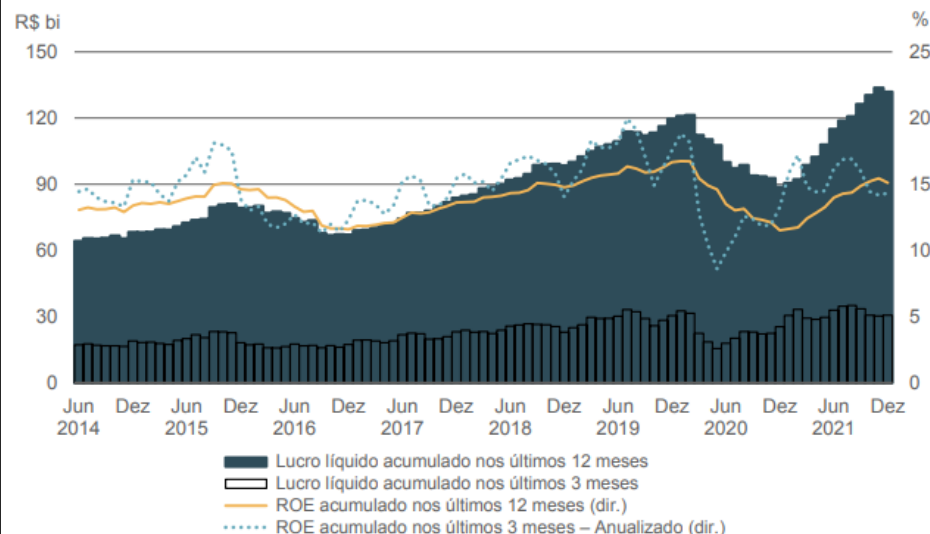
2020: falsa queda nos lucros, pois bancos aumentaram as “provisões para inadimplência”.

Fonte:

<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202204/RELESTAB202204-refPub.pdf> , pág 30

Gráfico 1.2.3.1 - Lucro líquido e ROE^{1/}

Sistema bancário

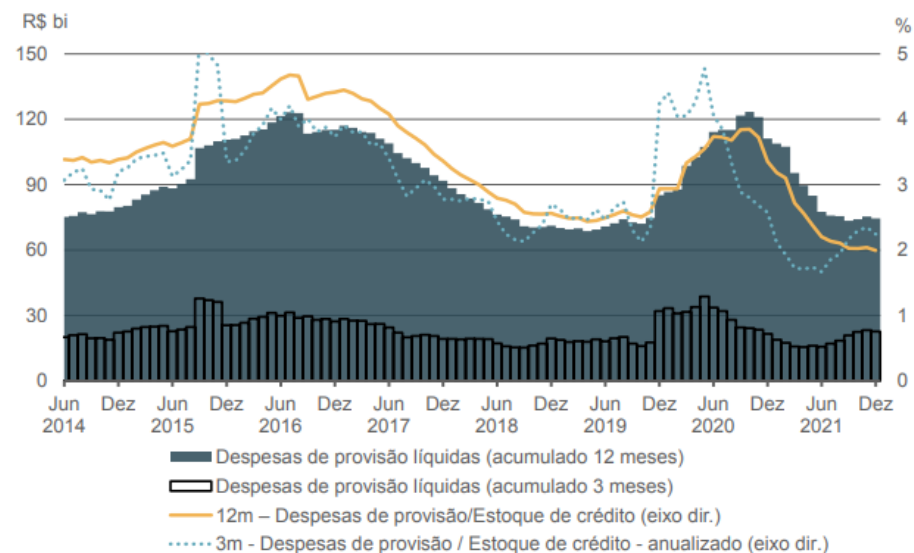


Fonte: Cosif – Metodologia própria

1/ Ajustados em função de resultados não recorrentes.

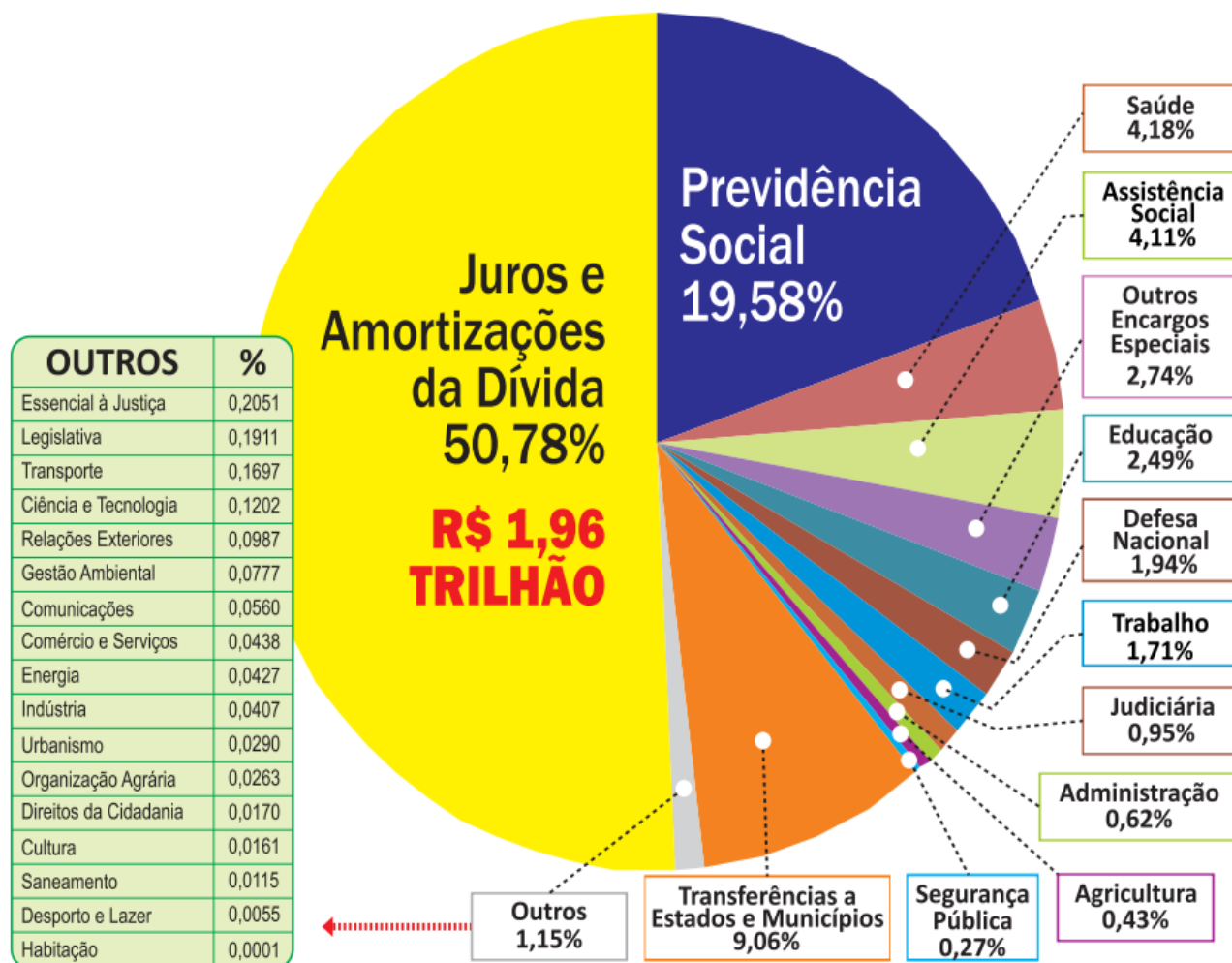
Gráfico 1.2.3.2 – Despesas de provisão

Sistema bancário



Fonte: Cosif – Metodologia própria

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 2/2/2022. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e outros gastos).

**GASTO COM DÍVIDA
PÚBLICA FEDERAL
QUASE DOBROU DE
2019 A 2021**

**R\$ 1,96 TRILHÃO
para JUROS e
AMORTIZAÇÕES em
2021**

**DÍVIDA SEM
CONTRAPARTIDA
EM INVESTIMENTOS
SOCIAIS**

**"ROLAGEM": A
FALÁCIA DOS
NEOLIBERAIS**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

DÍVIDA PÚBLICA NÃO TEM SERVIDO PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS

- Em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para **R\$ 7,643 trilhões**.
- Enquanto o mundo todo pratica taxas de juros próximas de zero ou até negativas há anos, o custo médio da dívida divulgado pelo Tesouro Nacional em 2021 foi de 8,91% ao ano.
- O governo tem emitido dívida para deixar o dinheiro parado na Conta Única do Tesouro para dar garantias aos rentistas.
- Apenas R\$ 54 bilhões decorrentes da emissão de títulos da dívida foram destinados para áreas sociais em 2021. Por outro lado, R\$ 291 bilhões dos gastos com a dívida em 2021 foram financiados com outras fontes de receita, tais como lucros do Banco Central (R\$ 121 bilhões) e Royalties do Petróleo (R\$ 41 bilhões).

Manobra tem usado recursos que poderiam ser destinados a gastos sociais para pagar dívida, em volume muito maior que a emissão de títulos para cobrir gastos sociais

A mentira do "déficit financiado por endividamento"

A dívida no Brasil não tem financiado as áreas sociais, mas, sim, tirado recursos do país.



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opensoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06.

Fontes:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

A FALÁCIA DA "ROLAGEM"

- Alguns analistas afirmam que os gastos com a dívida não devem ser considerados, pois seriam "rolagem", ou seja, o pagamento de amortizações (principal da dívida) com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida.
- Em 2021, **quase R\$ 1 TRILHÃO de gastos com a chamada dívida nada tem a ver com a chamada "rolagem"**, tendo em vista que no mínimo R\$ 618 bilhões foram gastos com o pagamento de juros e R\$ 291 bilhões de amortizações foram financiados com outras fontes de receita que nada têm a ver com emissão de novos títulos públicos.
- O montante passível de ser considerado como "rolagem" ou "refinanciamento" deve ser considerado no custo do serviço da dívida pública, pois quando o governo toma um empréstimo, ele está fazendo uma opção política sobre o que fazer com o dinheiro: investir na sociedade, ou pagar uma dívida repleta de ilegitimidades, que jamais foi auditada com a participação da sociedade civil.

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS "DEVEMOS"...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94
2021	256,21	1.704,61	7.378,33

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

Apesar das
"Amortizações"
gigantes a dívida
cresce, pois grande
parte dos juros são
contabilizados
como
"amortizações"
<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

**Relatório ACD
1/2013**

<https://bit.ly/2MVSvfk>

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido a dívida pública?

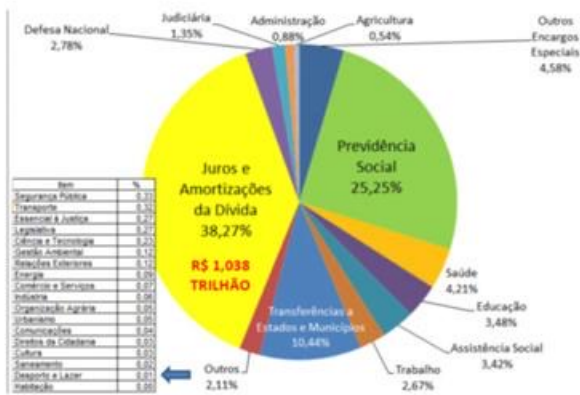


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e “depósito voluntário remunerado”.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”.
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

TABELA 5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) - FATORES CONDICIONANTES (R\$ BILHÕES)

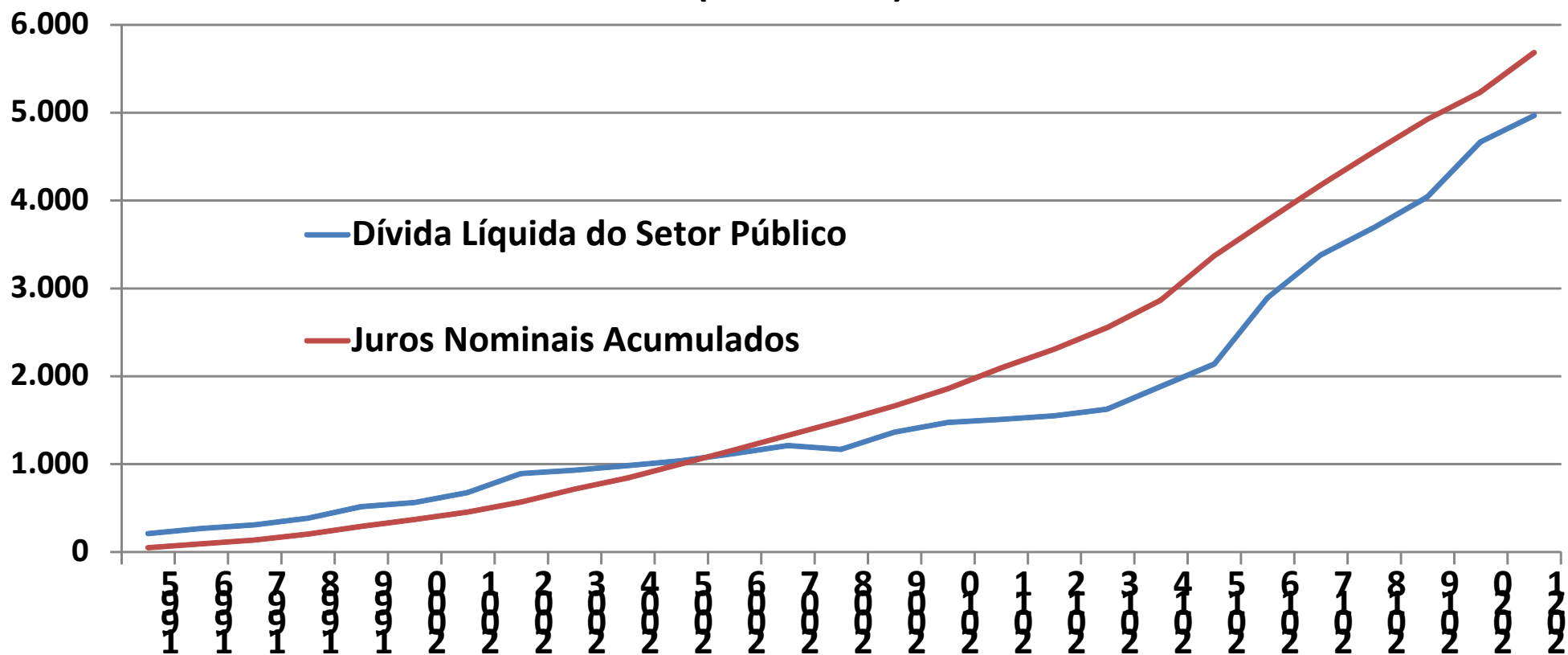
Discriminação	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	jul/09	TOTAL
Dívida líquida total - saldo	208,5	269,2	308,4	385,9	516,6	563,2	680,1	896,1	933,6	982,0	1.035,3	1.112,7	1.200,8	1.153,6	1.283,4	-
Dívida líquida - var.ac.ano	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
Fatores condicionantes:	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
NFSP	-	45,0	51,6	68,2	56,3	39,8	42,8	65,3	87,2	54,1	72,6	83,9	71,5	57,2	56,7	852
Primário	-	0,7	8,3	-0,1	-31,1	-38,2	-44,0	-47,4	-56,8	-73,8	-84,4	-76,8	-89,7	-106,4	-38,4	-678
Juros nominais	-	44,2	43,3	68,3	87,4	78,0	86,8	112,8	144,1	128,0	157,0	160,7	161,2	163,7	95,1	1.530
Ajuste cambial	-	1,5	4,1	6,9	69,4	18,3	30,9	148,0	-66,1	-18,0	-20,0	-6,9	21,0	-77,4	61,2	172
Dívida interna indexada ao câmbio	-	1,0	1,6	4,3	39,9	9,5	19,2	76,7	-22,7	-3,3	-4,6	-2,2	-2,4	3,2	-2,7	117
Dívida externa – metodológico	-	0,5	2,5	2,6	29,5	8,9	11,7	71,3	-43,4	-14,7	-16,0	-4,7	23,4	-80,6	63,9	55
Dívida externa - outros ajustes	-	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,3	15,8	6,5	-1,1	2,8	-2,5	-26,4	12,9	7
Reconhecimento de dívidas	-	15,2	-0,2	15,2	14,0	8,7	44,6	6,7	0,6	6,5	3,3	-0,4	-0,6	0,1	0,6	114
Privatizações	-	-0,7	-16,3	-12,9	-9,0	-20,2	-1,0	-3,6	0,0	-0,8	-1,0	-2,0	-1,3	-0,8	-1,6	-71
Memo:																
PIB doze meses - valorizado	745,1	876,3	968,9	991,0	1.160,0	1.236,5	1.364,4	1.745,8	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	2.913,0	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração:
STN/COGEP/GEPE

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/JUROS-NOMINAIS-SUPERAM-O-VALOR-DA-DIVIDA-LIQUIDA-DO-SETOR-PUBLICO.pdf>

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

FARRA DOS JUROS ALTOS: BANCO CENTRAL ENTERRA A ECONOMIA BRASILEIRA E SACRIFICA AS PESSOAS

COM A INFLAÇÃO E OS JUROS NAS ALTURAS...

4 em cada 10 famílias brasileiras não conseguiram pagar todas as contas entre abril e junho

86% das famílias ouvidas pela pesquisa Consumer Pulse pretendem mudar o que e quanto compram por causa da inflação.

#LimiteDosJurosJá



CONJUNTURA
BC leva Selic a 13,75%
e anuncia nova alta

Taxa básica de juros deve chegar a 14% em setembro. Copom manifesta preocupação com crescimento de despesas.

Dívida das famílias bate recorde: 78%

Pesquisa da CNC mostra que, após três meses em queda, a inadimplência volta aos lares brasileiros, atingindo os maiores índices desde o início da pesquisa, em 2010. Além do endividamento, 29% estão com as contas atrasadas, em relação ao mês anterior. PÁGINA 7

AS REUNIÕES SECRETAS TRIMESTRAIS DO BANCO CENTRAL COM BANQUEIROS

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Economia

6 - Correio Brasileiro - Brasília, sábado, 30 de abril de 2022

Índice	Variação	Valor	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDB	Inf
IPCA	0,51%	318,782	R\$ 1.212	R\$ 4,696	R\$ 5,084	6,76%	12,03%	
IBRE	1,21%	124						
ISPC		124						
ISPC		124						

CONJUNTURA Brasil caminha para ser paraíso de rentistas

Por causa das estimativas de que a inflação continuará subindo — e com a Selic escalando patamares de dois dígitos — de tentar segurá-la —, os investimentos em renda fixa tornam-se novamente atraentes para quem busca lucratividade.

RODANA HESSEL

N

Ativo	Valor	Variação	Ativo	Valor	Variação
PLUT 1	20,84	0,01	PLUT 2	18,34	0,01
PLUT 3	18,34	0,01	PLUT 4	15,84	0,01
PLUT 5	13,34	0,01	PLUT 6	10,84	0,01
PLUT 7	8,34	0,01	PLUT 8	5,84	0,01
PLUT 9	3,34	0,01	PLUT 10	0,84	0,01

<https://auditoriacidada.org.br/as-reunioes-secretas-trimestrais-do-banco-central-com-banqueiros/>

<https://auditoriacidada.org.br/com-inflacao-e-juros-nas-alturas-41-das-familias-nao-pagaram-alguma-conta-entre-abril-e-junho/>



- Banco Central já aumentou a Taxa Selic para **13,75% ao ano**, sob a falsa justificativa de combater inflação.
- Aumentar juros NÃO serve para controlar a inflação que existe no Brasil, pois temos INFLAÇÃO DE PREÇO (principalmente combustíveis e alimentos), NÃO DE DEMANDA.
- <https://bit.ly/3AvifWZ>

OS VERDADEIROS PROBLEMAS:

- Erros de política agrícola e agrária; privilégios para o agronegócio de exportação
- Preço de Paridade de Importação (PPI) praticado pela Petrobras, como se importássemos todo o combustível consumido aqui
- Refinarias sub-utilizadas, privatizadas ou cuja construção tem sido paralisada; fábricas de fertilizantes foram vendidas; falta de investimentos para privilegiar a distribuição de lucros a acionistas ...

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

BANCO CENTRAL GERA GASTO ANUAL DE **R\$ 34,9 BILHÕES** A CADA AUMENTO DE 1% DA TAXA SELIC

3.Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2022.

Elasticidades da DLSP e da DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,5	-0,14	6,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/} →	34,9	0,40	33,8	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	15,5	0,18	15,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte:

www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202202_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no
Brasil
ENTENDA

Material da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa
e acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL

Responsabilidade do Banco

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA DE LEI PARA LIMITAR OS JUROS



NO SENADO



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ACESSE
DIVULGUE
PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

Auditoria Cidadã da Dívida protocolou, na Câmara e no Senado, proposta para LIMITAR JUROS NO BRASIL

SUG 9/2022 CLP | Inteiro teor 
Sugestão  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PROJETO DE LEI DA ACD PARA LIMITAR OS JUROS NO BRASIL TAMBÉM PROTOCOLADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS!  AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Apresentação
24/06/2022

Auditoria Cidadã da Dívida

Ementa
Sugere Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.



Sugestão nº 8, de 2022  SENADO FEDERAL

Autoria
Auditoria Cidadã da Dívida

Natureza
Sugestão Legislativa

 AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

PROJETO DE LEI DA ACD PARA LIMITAR OS JUROS NO BRASIL JÁ CHEGOU AO SENADO!

Ementa:
"Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências".

Situação Atual  Em tramitação

Último local:
22/06/2022 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Último estado:
22/06/2022 – AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR



<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2330149> e
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153764>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

/auditoriacidadabr

/AuditoriaCidadaDaDivida

/audoriacada.pagina

/auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo
totalmente

Concordo na
maior parte

Estou
indeciso

Discordo na
maior parte

Discordo
totalmente



VOTAR



/auditoriacidadabr



/AuditoriaCidadaDaDivida



/auditoriacidada.pagina



/auditoriacidada



[https://auditoriacidada.org.br/
vote-na-enquete-oficial-da-
camara-e-declare-apoio/](https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/)

PLP 104/2022

Necessidade de
pressionar
parlamentares da CFT

Basta 1 clique

<https://auditoriacidada.org.br/pressione-a-cft-pelo-limite-dos-juros/>

**RELATOR recém
designado:
Dep. Júlio César
(PSD/PI)**

auditoriacidada.org.br/limitedosjuros

**Precisamos novamente
da sua ajuda!**

**Com apenas 1 clique
pressionare parlamentares
da CFT pela aprovação
do PLP 104/2022 que
estabelece o Limite
dos Juros no Brasil!**

#PLP104SIM #LimitedosJurosJá #TemQueVirarLei

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



Folheto



LIMITE DOS JUROS JÁ

PROPOSTA DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA VIRA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLP 104/2022

Exigimos a aprovação imediata do PLP 104/2022, que limita os juros no Brasil

Sabe aquele empréstimo que achamos que vai nos salvar do sufoco, mas que lá no futuro, devido aos altos juros, torna-se uma dor de cabeça ainda maior e vira uma dívida quase impagável? "Como foi que aquele dinheirinho virou essa fortuna para pagar?", pensamos. Pois é! É disso que estamos falando! As taxas de juros praticadas no Brasil são tão elevadas que fazem com que as pessoas, empresas ou órgãos governamentais que acessam crédito paguem a mesma dívida várias e várias vezes!

Quase 80 países praticam o limite dos juros. Por que no Brasil somos obrigados a conviver com essa farra? Algumas bandeiras de cartão de crédito chegam a cobrar mais de 1.000% de juros ao ano! ISSO É USURA, prática CRIMINOSA! Já passou da hora de acabarmos com isso!

**A ganância dos bancos e agiotes não tem limite!
É preciso aprovar o PLP 104/2022
para limitar os juros no Brasil**

Acesse <https://auditoriacidada.org.br> e envie a carta que preparamos pedindo aos Parlamentares que aprovem o PLP 104/22
Apoie o projeto votando na enquete oficial da Câmara dos Deputados <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2333328>

O POVO BRASILEIRO NÃO AGUENTA MAIS



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

**Já pensou
como seria
se os juros
fossem
baixos?**



@/auditoriacidada
/AuditoriaCidadaDaDívida
/auditoriacidada.pagina
/auditoriacidada



O QUE VOCÊ ACHA DE PARAR DE PAGAR JUROS ALTOS?

**O PLP 104/2022 É O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR PARA LIMITAR OS JUROS**

Você concorda que as altíssimas taxas de juros cobradas no Brasil travam a vida do povo e amarram a economia do país? Responda a essa e outras perguntas em nosso site <http://auditoriacidada.org.br/enquete-limite-juros/>

As altas taxas de juros praticadas no Brasil impedem que as pessoas realizem seus sonhos e projetos – por exemplo, ao se comprar um veículo financiado, muitas vezes você paga ao final o valor correspondente à aquisição de dois automóveis, ou até mais!

Empresas ficam impedidas de investir na ampliação e modernização de seus negócios, porque os juros são altos demais. E muitas se arriscam e quebram, aumentando o desemprego. Basta olharmos o aumento da população de rua no Brasil.

Os juros altos são também o principal fator de crescimento da dívida pública, que tem sido usada como justificativa para todos os cortes e teto de investimentos em áreas sociais, contrarreformas que retiram direitos da população, privatizações absurdas e arrocho, pois o dinheiro se destina ao pagamento dos abusivos juros dessa dívida. Limitar os juros é dar um basta nessa injustiça!

Participe! Essa campanha é para todo o povo brasileiro, sacrificado há séculos com juros extorsivos!

Acesse <https://auditoriacidada.org.br> e envie a carta que preparamos pedindo aos Parlamentares que aprovem o PLP 104/22
Apoie o projeto votando na enquete oficial da Câmara dos Deputados <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2333328>

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Panfleto-Limites-dos-juros-1.pdf>

Banco Central está mentindo:

subir juros não reduz o tipo de inflação de preços que existe no Brasil. Só bancos lucram enquanto a economia fica paralisada.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



OLHA AÍ O RESULTADO DA POLÍTICA DE JURO ALTO!

CORREIO BRAZILIENSE

TRABALHO / Levantamento feito pela agência Austin Rating, com base em projeções do FMI, indica que, devido ao baixo crescimento da economia, o Brasil ficará este ano em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego

Entre os campeões do desemprego



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Bancos brasileiros estão entre os mais rentáveis do planeta enquanto o país retorna ao Mapa da Fome

Bancos mais rentáveis do mundo

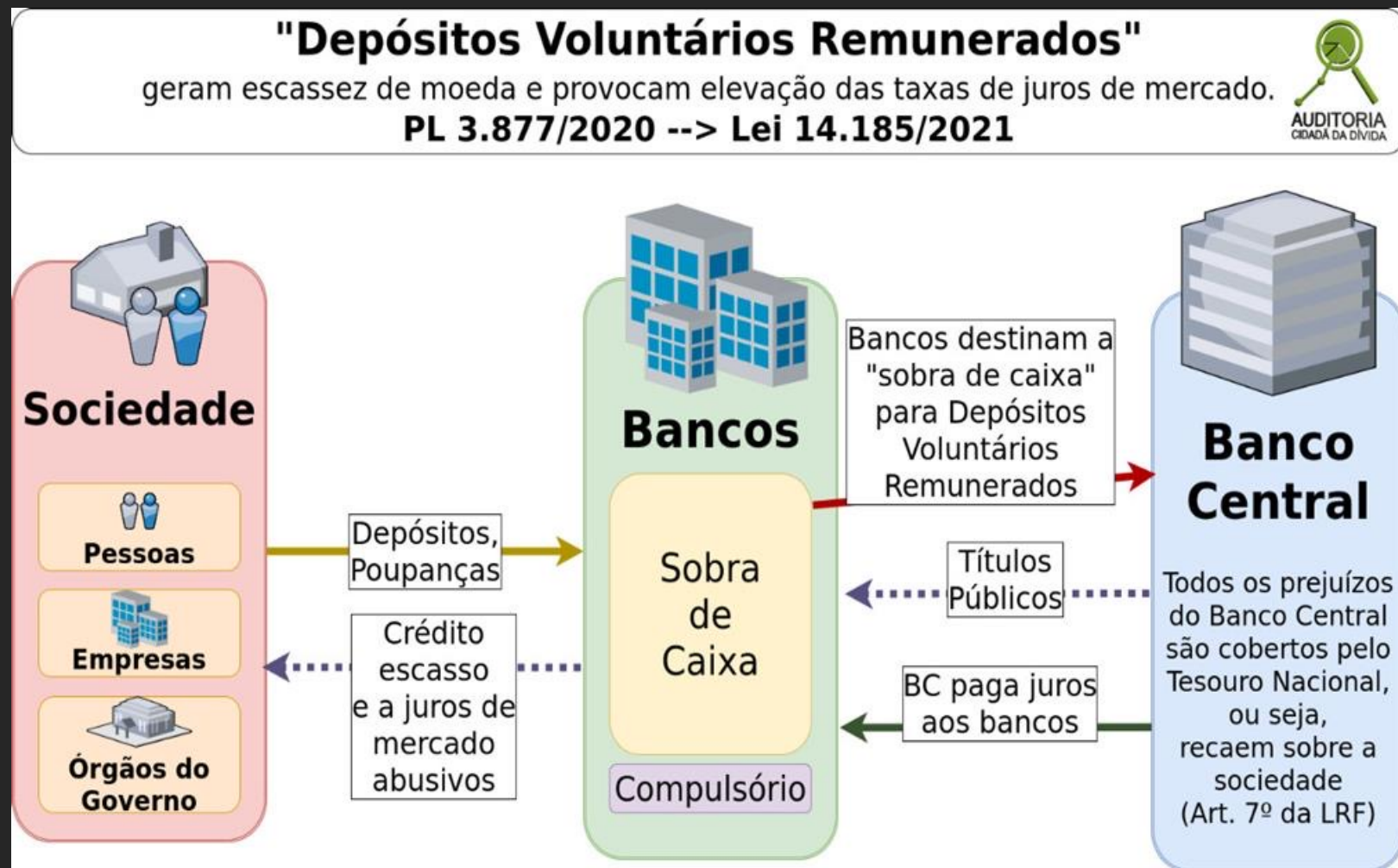
Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

Banco	País	Ativos, em US\$ bilhões *	ROE, em %
1º Capital One	EUA	432,4	20,4
2º Ally Financial	EUA	182,1	19,3
3º Santander	Brasil	172,6	18,9
4º Royal Bank of Canada	Canadá	1.379,9	17,3
5º Itaú Unibanco	Brasil	388,1	17,3
6º JP Morgan	EUA	3.743,6	16,9
7º Banco do Brasil	Brasil	346,3	15,7
8º Bradesco	Brasil	296,3	15,2
9º Bank of Nova Scotia	Canadá	980,7	15,1
10º SVB Financial Group	EUA	211,5	15

*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Banco Central: um pesado apêndice na esfera federal

As receitas do Banco Central correspondem, em sua imensa maioria, às receitas de juros pagos pelo Tesouro Nacional (TN), incidentes sobre os títulos públicos que o TN doa ao BC.

O BC utiliza esses títulos e esses juros doados pelo TN nas chamadas “Operações compromissadas” que custaram R\$ 3,9 trilhões no período de 2010 a 2021: “*Bolsa-Banqueiro*”

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOUREO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
2021	374,53	174,02	548,55
Soma	2.339,53	1.537,71	3.877,24
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida			
Fontes: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0::e e https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai			

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



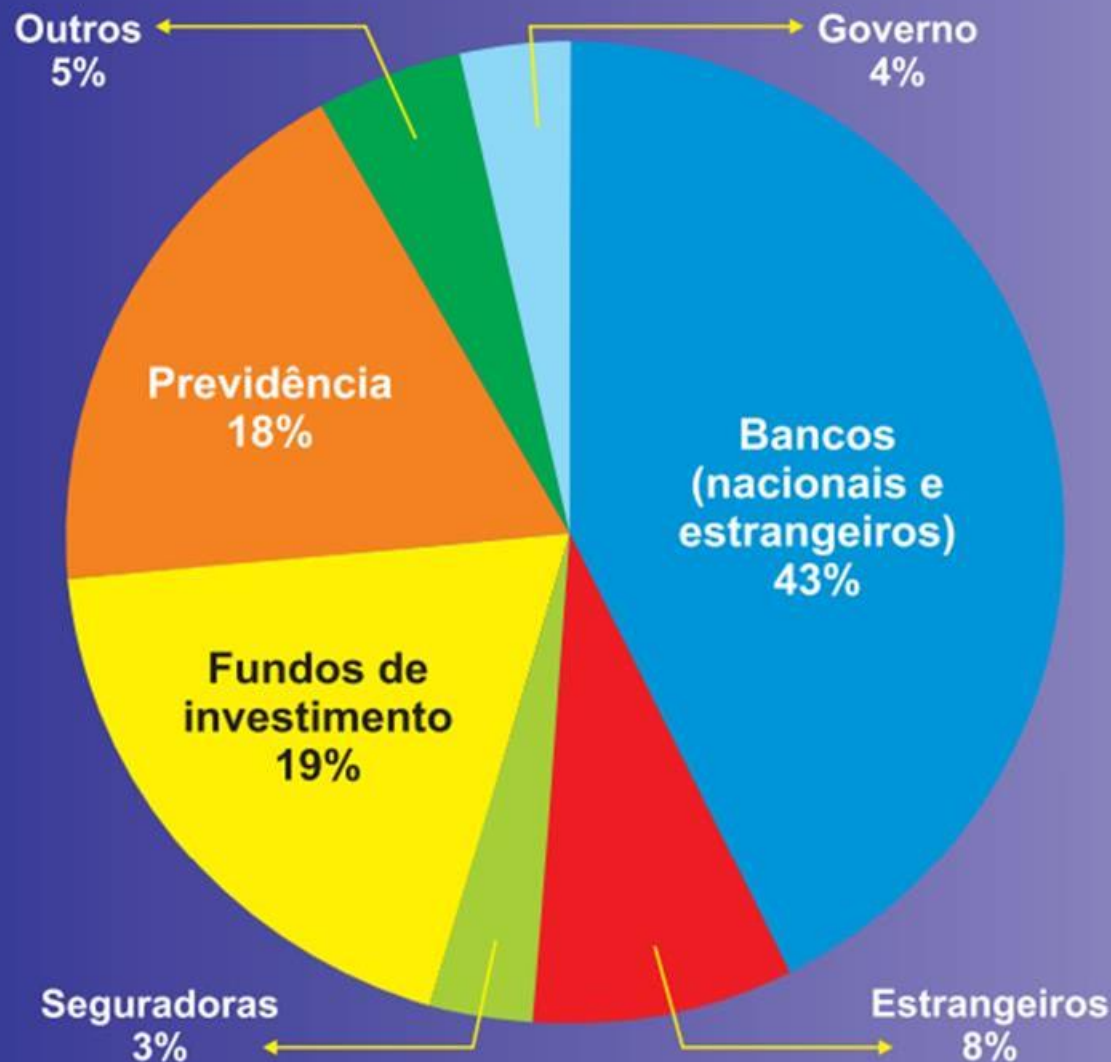
<https://bit.ly/3tTi0yX>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

Beneficiários da Dívida Interna Federal – Out/21



Quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, Fundos de Previdência e Investimento, o governo se recusa a responder.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

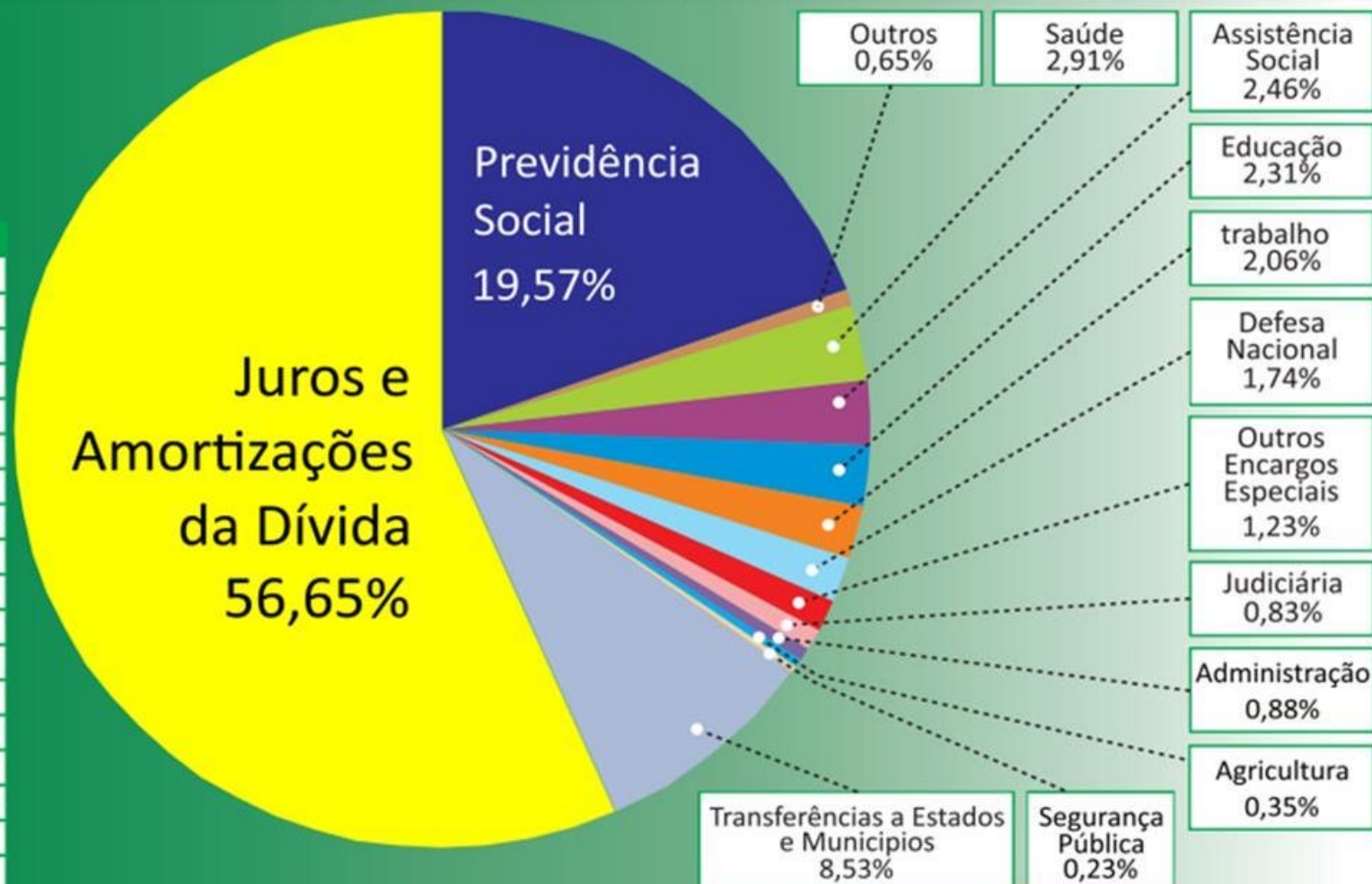
Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:14902, quadros 2.7 e 5.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o montante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas") constante no quadro 5.4, uma vez que se trata principalmente de dívida do Banco Central com bancos. Além do mais, quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, o governo se recusa a responder.

ORÇAMENTO FEDERAL PREVISTO PARA 2022

TOTAL: R\$ 4,363 TRILHÕES

PAGAMENTO DA DÍVIDA: R\$ 2,472 TRILHÕES

ITEM	%
Legislativa	0,1672%
Essencial à Justiça	0,1582%
Relações Exteriores	0,0479%
Ciência e Tecnologia	0,0449%
Transporte	0,0392%
Comércio e Serviços	0,0336%
Gestão Ambiental	0,0332%
Indústria	0,0252%
Organização Agrária	0,0234%
Comunicações	0,0220%
Urbanismo	0,0188%
Energia	0,0149%
Direitos da Cidadania	0,0100%
Cultura	0,0085%
Habitação	0,0000%
Saneamento	0,0000%
Desporto e Lazer	0,0000%
Reserva de Contingência	0,0000%



DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

STF admite “compensações”. Como ficam Estados que aderiram ao “Regime de Recuperação Fiscal” ?

PARA NÃO ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA E GRANDES ACIONISTAS, PALIATIVOS LEVAM STF A PERMITIR COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA DE OUTROS ESTADOS COM A UNIÃO



<https://auditoriacidadada.org.br/mais-3-estados-podem-reduzir-pagamento-da-divida-com-a-uniao/>



<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/>

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

NOTAS TÉCNICAS sobre a Dívida dos Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nota-tecnica-2-2022-divida-do-estado-do-rj/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nota-tecnica-acd-no-1-2022-divida-do-estado-de-minas-gerais-pl-3711-2022-2/>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Tentativa de inclusão do esquema na PEC 23 Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/> Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação"
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária: jogada contábil
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas e elevados custos
- Geração ilegal de dívida pública, que é paga por fora do orçamento
- Bancos privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.



<https://bit.ly/3tFiMjZ>

QUAL A CAUSA DA CRISE DESDE 2014? TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES** em caixa no final de 2021:
- **R\$ 1,736 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 0,988 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 2,021 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/> /

A “crise fabricada” afetou Estados e Municípios

- ✓ Retração das Transferências Federais e Estaduais e queda de arrecadação tributária

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver “Assalto aos Cofres Públicos” <https://bit.ly/3xKnEp4>

AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3djrhKz>

Conclusão

O modelo econômico que atua no Brasil aprofunda as desigualdades sociais, gera crescente dano ambiental e impede o nosso desenvolvimento socioeconômico, além de produzir crises que têm servido de justificativa para medidas que agravam as injustiças sociais e o atraso do país em todos os aspectos, levando-nos ao avesso do que poderíamos ser.

É urgente aumentar a mobilização social para se construir outro modelo econômico que garanta justiça social e vida digna para todas as pessoas, respeite o ambiente e promova o desenvolvimento socioeconômico.

Para isso, apresentamos algumas propostas concretas, disponíveis em texto elaborado pelo Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/> .

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Pressionar candidatos a responder Questionário <https://bit.ly/3oh0SBR>
- Participar das convocações na página www.auditoriacidada.org.br

2 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

2 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

- **Avanços:** Proposta legislativa que apresentamos foi aprovada e transformada em projeto de lei complementar PLP 104/2022 e se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados
https://m.youtube.com/watch?v=__Qx9yBweCS4%3F
- **Mobilização:** Com 1 clique envie carta aos membros da CFT pela aprovação:
<https://auditoriacidada.org.br/pressione-a-cft-pelo-limite-dos-juros/>
- Vote na enquete oficial da Câmara e declare seu apoio: <https://bit.ly/3T1wauE>
- **Folheto** resumido disponível em:
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-limite-dos-juros-ja/>
- **Site:** <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>
- Verifique se sua entidade já está apoiando <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/apoio/>
- **Deliberação** sobre a participação das diversas entidades ligadas aos setores afetados pela excessiva alta dos juros (saúde, educação, segurança, meio-ambiente, servidores públicos em geral, micro e pequenas empresas, indústrias etc.), entre outras.
- Apoio financeiro para viabilizar a contratação de profissionais de comunicação.
- Debate sobre novas sugestões e encaminhamentos para avançar a mobilização

4 – CURSO A DISTÂNCIA SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 16/08/2022 a 16/09/2022 e início das aulas em 19/09/2022.

Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados.

Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Curso sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfp.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfp.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Perguntas

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página Inicial / Meus cursos / ACD



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Unidade 2
Aula 5
Aula 6
Aula 7
Aula 8
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.



Material de Estudo

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Unidade 2
Aula 5
Aula 6
Aula 7
Aula 8
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91			776.268.937,42	973.379.763,17
					193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	
					4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00	
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			261.160.017,16	388.573.691,75
					127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13			244.255.759,02	244.255.759,02
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58			137.382.613,70	1.381.921.845,35
					1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61			240.522.006,80	394.873.280,30
					69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95	
					76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28	
					8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27	
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23			462.339.013,75	5.659.969.457,52
					2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26	
					282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93	
					136.751.181,79	16.06.99	136.751.181,79	
					735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81	
					1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98	
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03			15.246.423.172,58	15.246.423.172,58
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85			73.961.737,77	178.906.730,13
					100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36	
					4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00	
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19			143.677.138,71	692.876.890,41
					549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70	
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07			6.601.029,01	46.580.737,11

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Aula 1
Aula 2
Aula 3
Aula 4
Unidade 2
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de **crise financeira**, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via

PIX 12537204000145

ou

PagSeguro

<https://auditoriacidadada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa.
- Ver minicurso “*Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público*” Parte I <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/> e Parte II <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-2-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>
- Divulgação da cartilha círculos bíblicos “Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?” produzida pela CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARJOGO